



**ATA DA 47ª (QUADRAGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º (PRIMEIRO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 4ª (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.**

Sessão realizada aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e cinquenta e cinco minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do parlamentar Wolney Freitas de Azevedo França, com os trabalhos do 1º vice-presidente Michael Borges de Souza, do 2º vice-presidente Thiago Fernandes da Silva, do 1º secretário Gustavo Negócio de Freitas e da 2ª secretária Ana Carolina Carvalho de Lima Pires. Verificando-se inicialmente a presença dos (as) parlamentares César Augusto de Paiva Maia, Irani Guedes de Medeiros, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa e Lindovaildo Soares de Azevedo, além da Mesa Diretora, foi alcançado o quórum mínimo exigido regimentalmente. O presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirino, declarou aberta a Sessão Ordinária, convidando o vereador Thiago Fernandes para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de Jeremias, capítulo 29, versículo 11. A Presidência solicitou a 2ª secretária a leitura da ata da 26ª (vigésima sexta) Sessão Ordinária, realizada no dia 9 de abril de 2024. O presidente agradeceu a 2ª secretária e iniciou a discussão e votação da citada ata. Em seguida, foi aprovada em única discussão e única votação pelos parlamentares presentes. Ato contínuo, o presidente solicitou ao 1º secretário a leitura das correspondências e das proposições no **expediente**, que constou de Indicação n. 919/2024, de autoria da vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires; Indicação n. 962/2024, de autoria do vereador César Augusto de Paiva Maia; Indicações ns. 953/2024 e 959/2024, de autoria da vereadora Fativan Alves Moura de Paiva; Indicações ns. 935/2024 e 936/2024, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; Indicações ns. 931/2024 e 932/2024, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 915/2024 e 916/2024, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva; Indicações ns. 949/2024 e 954/2024, de autoria do vereador Leonardo Lima da Costa; Indicações ns.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM  
Mesa Diretora  
Lido na Sessão

Data: 17/07/2024

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM  
Mesa Diretora  
Aprovado na Sessão  
Única Votação

Data: 17/07/2024

1º Secretário



950/2024 e 951/2024, de autoria do vereador Marcos Antônio Gomes da Silva; Indicações ns. 942/2024 e 943/2024, de autoria da vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos; Indicações ns. 963/2024 e 964/2024, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva; Indicação n. 922/2024, de autoria do vereador Wolney Freitas de Azevedo França. O 1º secretário informou que o expediente foi lido. O presidente agradeceu ao 1º secretário a leitura do expediente e abriu as inscrições para uso da tribuna. Em seguida, informou o resultado das inscrições que teve como oradores inscritos: o vereador Michael Borges e a vereadora Rhalessa de Clênio. Na tribuna, o vereador Michael Borges iniciou seu pronunciamento saudando a todos os profissionais e entidades presentes no Plenário na data de hoje. Abordou o tema de assédio moral no ambiente de trabalho e registrou sua solidariedade a todos os servidores da UBS (Unidade Básica de Saúde) do Vale do Sol. Mencionou que na semana passada foi aprovado um projeto de lei que proíbe qualquer indivíduo processado por assédio moral de assumir funções de chefia no município por cinco anos. Acrescentou que é necessário que os gestores abram os processos administrativos para que sejam apurados. Citou o caso de uma funcionária que foi transferida após a licença maternidade, por ser sindicalista, refletindo que era comum as pessoas serem transferidas quando a chefia “não ia com a cara da pessoa”. Pontuou que o prefeito teria conhecimento da situação, mas não tomou nenhuma atitude. Refletiu que o assédio moral traz diversos prejuízos ao profissional e ao serviço como um todo. Expôs medidas que foram tomadas sobre esse tema, citando ações de conscientização e legislações punitivas. Deu destaque a necessidade de dar abertura aos processos, para que as legislações tenham efeito, posicionando-se a favor das demandas dos servidores. Em aparte, o vereador Eder Queiroz expressou sua solidariedade a todos da UBS do Vale do Sol e mencionou que já fez várias reclamações sobre a gestora do Vale do Sol, na época em que ela era gestora da UBS de Pirangi do Norte, tendo sido acusado inicialmente de perseguição, mas após mobilização de profissionais e um abaixo-assinado, conseguiram retirá-la do local. Reforçou o posicionamento de que o assédio moral é um tema sério e precisa acabar. O tribuno agradeceu o posicionamento do vereador Eder Queiroz e iniciou





seu pronunciamento sobre a gratificação de qualidade, o antigo Previne Brasil. Pontuou que estão em fase de finalização, após um longo debate e mobilização junto aos servidores, citando a Audiência Pública sobre o tema. Enalteceu a apresentação sobre o Previne Brasil, realizada pela senhora Kelly, na qual foram esclarecidos pontos sobre a produtividade dos agentes comunitários, destacando o aumento no registro da produção deles. Explicou que quando o projeto estava para ser aprovado, houve alteração na Portaria, ocasionando um novo momento de entendimento sobre o projeto, o qual será votado no dia de hoje. Deu destaque ao processo democrático envolvido na elaboração deste projeto da Atenção Primária à Saúde. Reiterou a mensagem bíblica citada na Sessão de hoje e enalteceu o trabalho dos agentes comunitários. Trouxe uma parábola de superação, fazendo relação com os desafios no ambiente de trabalho. Em aparte, o vereador César Maia expressou felicidade e honra em participar desse processo de valorização dos profissionais de saúde. Mencionou que enquanto presidente da Comissão de Finanças fez o parecer desse Projeto de Lei e agora ele irá para votação. Lembrou que na semana passada o vereador Diego Américo trouxe os dentistas, odontólogos e os TSBs para esta Casa e conseguiram a aprovação de mais uma valorização para esses profissionais. Disse que faz parte do quadro da Estratégia da Família e hoje também está votando pela sua categoria. Posicionou-se a favor dos servidores e parabenizou os profissionais da saúde. O tribuno agradeceu a fala do vereador César Maia. Em aparte, o vereador Thiago Fernandes enalteceu o projeto em discussão e deu destaque ao avanço nos cadastros, que elevou a qualidade da saúde pública do município. Pontuou que hoje também será votado uma matéria sobre os auditores fiscais da Secretaria de Tributação. Parabenizou os auditores fiscais e considerou que isso também precisava ser corrigido. O tribuno agradeceu e deu destaque à participação do vereador Thiago Fernandes na Frente Parlamentar em Defesa do Servidor Público. Destacou também o profundo debate que tem acontecido sobre os planos de cargos e salários. Disse para os servidores que “juntos somos mais fortes”. Em aparte, o vereador Diego Américo saudou todas as categorias presentes no Plenário e parabenizou o zelo com que o Previne Brasil foi tratado pelo tribuno, corroborando com a fala sobre a





necessidade da valorização dos servidores. O tribuno agradeceu o apoio e finalizou seu pronunciamento refletindo sobre o papel dos vereadores enquanto representantes das lutas do povo. Na tribuna, a vereadora Rhalessa de Clênio iniciou seu pronunciamento saudando a todos e parabenizando o vereador Michael Borges pela pauta de assédio moral. Abordou o tema da educação e refletiu que enquanto representante do povo seu poder é limitado devido a atribuição maior ser do Executivo. Frisou que são oito anos de atraso no desenvolvimento da cidade. Afirmou que estão sendo feitas maquiagens nas estruturas físicas das escolas e CMEIs do município e que a comunidade escolar sofre. Citou a falta de climatização e processos do Ministério Público contra o prefeito acerca da merenda escolar ter apenas pão, água e ovo. Afirmou que o Plano Municipal de Educação não é cumprido no município e trouxe documentos de fiscalizações do Tribunal de Contas e do Ministério Público, frisando que no ano de 2019 as contas do atual gestor foram reprovadas. Afirmou que o gestor deixou as escolas à mingua e citou problemas recorrentes das escolas, como a falta de professores e auxiliares em sala. Destacou a conquista de ter colhido seis assinaturas para que seja aberta uma CPI da Educação contra essa gestão e acrescentou que quer levar essa pauta para todas as comunidades. Questionou o valor de R\$ 14.239.943,81 (quatorze milhões duzentos e trinta e nove mil novecentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos) do contrato da merenda escolar, enquanto os alunos estão comendo bolachas. Reiterou o pedido de CPI, apontando a necessidade de atualização do regimento desta Casa, pois são necessárias seis assinaturas para que o requerimento entre para a pauta, para que seja feita a sensibilização dos vereadores sobre o tema. Refletiu que o tema da educação lhe comove e criticou a gestão, enfatizando que as fiscalizações devem continuar. Lembrou que ela e a vereadora Fativan Alves costumam fazer fiscalizações nas escolas todo começo de ano letivo e que fazem dossiês dessas fiscalizações, avaliando que nada mudou de um ano para o outro, questionando essa situação. Indicou que não entende a situação, pois as licitações são milionárias, as notas de pagamentos são efetuadas, o Ministério Público reconhece e protocola ações civis e o Tribunal de Contas reprova as contas do gestor. Pediu apoio dos demais vereadores para essa causa. Relatou ter feito





uma visita no galpão da educação no ano passado, ocasião na qual verificou muitos fardamentos, questionando o porquê desses fardamentos não serem entregues aos alunos. Citou também que nesse ano foram entregues as bolsas sem os kits escolares, avaliando essa situação como vergonhosa. Mencionou que esteve em reunião com o secretário de tributação na semana passada e foi informada que nesse mês foi arrecadado mais de R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), afirmando que Parnamirim é uma cidade superavitária, com mais de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) anuais no índice de arrecadação. Refletiu que os servidores vivenciam a falta de estrutura e que não merecem ser cobrados nem penalizados pela má gestão do orçamento público. Em aparte, a vereadora Fativan Alves agradeceu o aparte e parabenizou a vereadora Rhalessa de Clênio por ter conseguido as seis assinaturas para dar entrada no citado requerimento de CPI, acrescentando que já fez a solicitação da documentação, mas não chegou nesta Casa e que agora terão mais poder de fiscalização. Expôs que a atual gestão vai finalizar com a CPI na Educação e “já já” CPI na Saúde e na Secretaria de Obras, considerando um desastre administrativo. Reforçou que todo ano letivo é iniciado com falta de profissionais escolares, de material escolar e falta de merenda, reforçando a fala de que a gestão tem feito maquiagem nas escolas, citando a Escola Ivanira Paisinho, que teve seu muro pintado e um novo letreiro, mas os banheiros e as salas estão vergonhosos. Lembrou que numa chuva recente recebeu quinze vídeos de quinze escolas sem condições de manter as aulas. Citou que quando fez o levantamento para o dossiê das escolas, encontrou várias unidades com feijão com gorgulho, acrescentando que entregou um desses feijões ao prefeito, junto ao dossiê, de modo que ele sabe das situações das escolas. Finalizou sua fala reforçando o apoio à vereadora Rhalessa de Clênio e parabenizando os vereadores que assinaram o citado documento. Na tribuna, a vereadora Rhalessa de Clênio agradeceu o apoio e destacou pontos para serem discutidos na CPI, iniciando com crianças com necessidades educacionais específicas que sofrem com a falta de professores auxiliares e de profissionais no município para fechar diagnósticos. Elogiou, em seguida, o vereador Thiago Fernandes pela Audiência Pública sobre o Centro Avançado de Saúde Escolar. Citou o fardamento, a





merenda escolar e o transporte escolar como pontos importantes. Deu continuidade apontando as Emendas Impositivas que nunca foram cumpridas, estrutura física das escolas e o Plano Municipal de Parnamirim. Finalizou seu pronunciamento agradecendo o apoio ao requerimento e informando que ainda hoje apresentarão à presidência desta Casa. Neste expediente, após a verificação inicial, foi constatado também a presença dos (as) vereadores (as): Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Ítalo de Brito Siqueira, Marcos Antônio Gomes da Silva e Rhalessa Cledylane Freire dos Santos. O presidente informou que não havia mais oradores inscritos e solicitou aos vereadores o registro da frequência para o início da **ordem do dia**. Verificando a relação de presentes, foi constatado que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Gustavo Negócio de Freitas, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa, Lindovaildo Soares de Azevedo, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Thiago Fernandes da Silva e Wolney Freitas de Azevedo França. O presidente registrou um problema na sua tela e informou que está acompanhando pelo telão posicionado atrás dele. Atingido o quórum de deliberação exigido, procedeu à votação das matérias, colocando em única discussão e única votação: Redação Final n. 046/2024 oriunda do Projeto de Lei Complementar n. 013/2024 - "regulamenta o art. 1º e o art. 3º da Lei n. 1.215, de 08 de março de 2004, que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal) - recebeu 17 (dezesete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada. Em única discussão e única votação: \*Projeto de Lei Complementar n. 019/2024 - "institui a gratificação "Componente de Qualidade" para os servidores das Equipes de Saúde da Família - eSF, Equipe de Atenção Primária - eAP, Equipes de Saúde Bucal - eSB e Equipes





Multiprofissionais - eMULT da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Parnamirim/RN, com recursos do Programa Cofinanciamento Federal do piso de atenção primária à saúde, e dá outras providências” (autoria: Poder Executivo Municipal); \*Projeto em regime de urgência - em discussão, o vereador Michael Borges agradeceu a Deus e a todos que o apoiaram nessa vitória para todos da Estratégia de Saúde da Família. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei Complementar n. 019/2024 recebeu 17 (dezesete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada. O 1º secretário solicitou, em Requerimento Verbal, a dispensa da leitura e da votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 019/2024. O presidente aceitou o pedido, submeteu ao Plenário em única discussão e única votação, sendo aprovado pelos parlamentares presentes. O presidente Wolney França informou que ainda hoje esse projeto deve estar com o Poder Executivo e parabenizou os cidadãos presentes no Plenário. \*Projeto de Lei Complementar n. 020/2024 - “acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar n. 193, de 28 de outubro de 2021, que instituiu o plano de cargos, carreiras e remuneração dos auditores fiscais de tributos municipais da Secretaria Municipal de Tributação de Parnamirim/RN, e dá outras providências” (autoria: Poder Executivo Municipal). \*Projeto em regime de urgência - em discussão, o vereador Thiago Fernandes pediu apoio na votação e explicou que essa readequação é justa diante dessa classe profissional que cuida tão bem da arrecadação da cidade. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei Complementar n. 020/2024 recebeu 17 (dezesete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada. O presidente Wolney França parabenizou os servidores da Secretaria de Tributação. O 1º secretário solicitou, em Requerimento Verbal, a dispensa da leitura e da votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 020/2024. O presidente aceitou o pedido, submeteu ao Plenário em única discussão e única votação, sendo aprovado pelos parlamentares presentes. O presidente Wolney França informou que na tarde de hoje esse projeto também deve estar com o Poder Executivo. Em única discussão e única votação: Requerimento Legislativo n. 03/2024 - “requer, ouvido ao Plenário, a realização de uma Sessão Solene alusiva ao “Dia





da Marinha”, conforme preconiza o a Lei Municipal n. 2.425/2023” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira) - recebeu 17 (dezesete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Requerimento Legislativo n. 066/2024 – “convocação de Sessão Solene em homenagem aos odontólogos e TSB – Técnico de Saúde Bucal, no município de Parnamirim/RN” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Diego Américo de Carvalho) – em discussão, o vereador Gustavo Negócio pontuou que na pauta de hoje constam dois requerimentos com o mesmo objeto, de homenagear os dentistas e profissionais de saúde bucal, sugerindo que entrem em acordo para uma única homenagem. Em discussão, o vereador Diego Américo explicou que o requerimento do vereador Thiago Fernandes é de uma comenda que contempla 18 (dezoito) profissionais e pontuou que os TSBs e odontólogos nunca foram contemplados enquanto categoria, ou seja, para todos. Defendeu que sejam aprovados os dois objetos e convidou a todos para o momento de homenagem para todos os TSBs e odontólogos do município. Em discussão, o vereador Thiago Fernandes pontuou que a citada comenda não é sua e sim da Casa, aprovada por todos os vereadores e que a entrega de concessões acontece com diversas classes profissionais, acrescentando que essa justa homenagem foi um pedido da classe. Concordou com o vereador Gustavo Negócio, considerando que essa homenagem referencia os demais profissionais. Em discussão, o vereador Diego Américo expôs que se trata de objetos diferentes e que os odontólogos e TSBs servidores públicos do município ainda não foram contemplados com uma Sessão Solene, defendendo mais reconhecimento para a categoria. Em discussão, o vereador Irani Guedes refletiu que a homenagem do vereador Diego Américo não tira o brilho da comenda do vereador Thiago Fernandes, entendendo que são situações diferentes. Encerrada a discussão, o Requerimento Legislativo n. 066/2024 recebeu 16 (dezesesseis) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e 1 (uma) abstenção – proposição aprovada; Requerimento Legislativo n. 067/2024 – “requer que seja realizada, Sessão Solene para entrega de Comenda dr. Mário Medeiros, destinada aos dentistas que tenham prestado relevantes serviços à comunidade e se





destacado no município” (autoria: vereador Thiago Fernandes da Silva) - recebeu 16 (dezesesseis) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada, sem o voto do vereador Ítalo Siqueira; Moção de Congratulação n. 010/2024 - “a toda polícia militar do estado do Rio Grande do Norte, em face da comemoração dos 190 anos de sua criação, atuando diuturnamente, com a missão de garantir a ordem, a segurança pública e a tranquilidade dos cidadãos” (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Lindovaildo Soares de Azevedo) - recebeu 16 (dezesesseis) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Moção de Congratulação n. 011/2024 - a todos os pastores e líderes evangélicos que atuam no pastorado, empenhados com a causa cristã do nosso município, em comemoração ao Dia Municipal do Pastor Evangélico, instituído pela Lei Ordinária n. 2.259/2022” (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Lindovaildo Soares de Azevedo) - recebeu 16 (dezesesseis) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Moção de Repúdio n. 02/2024 - “contra os comentários e palavras proferidas pela 1ª (primeira) dama do município de Parnamirim, e então secretária de assistência social a senhora Alda Lêda Torres Taveira, que foram dirigidas às servidoras do gabinete civil” (autoria: Poder Legislativo Municipal - Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Mulheres) - em discussão, a vereadora Rhalessa de Clênio apresentou um áudio, o qual afirmou ser da primeira dama do município proferindo um termo pejorativo acerca das servidoras do Gabinete Civil. Registrou seu repúdio pela fala e por qualquer comportamento que venha denigrir o direito das mulheres, em nome da Frente Parlamentar dos Direitos das Mulheres. Lembrou que a criação da Secretaria das Mulheres é uma conquista do seu mandato, bem como a indicação da criação da Coordenadoria da Mulher. Pediu apoio nessa Moção, acrescentando que defende que as condutas devem ser preservadas. Em discussão, o vereador Vavá Azevedo afirmou que o tema é complexo, principalmente por estar em um momento político, onde muitas situações são politizadas. Registrou seu posicionamento em defesa da família. Expressou consideração pela vereadora Rhalessa de Clênio e em seguida afirmou discordar de uma parte da moção





apresentada, explicando que não ficou nítido e que não teve acesso a essas informações. Apontou que uma moção contra uma mulher é contraditória por parte da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher, pois se está em defesa das mulheres, tem que defender as mulheres. Lembrou que a Vereadora Rhalessa de Clênio já foi vítima do “tribunal da internet” e avaliou a situação como complicada, mas que não devem politizar e devem levar à sério. Considerou que não cabe uma moção de repúdio nesse momento e que devem averiguar a veracidade. Em discussão, a vereadora Fativan Alves falou que é difícil defender o indefensável. Disse fazer parte da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher, juntamente com a vereadora Rhalessa de Clênio e a vereadora Carol Pires e afirmou que está defendendo as servidoras. Expôs o áudio citado na proposição e lamentou que mulheres que trabalham na prefeitura, em especial no gabinete civil, sejam tratadas dessa forma, afirmando que isso não tem a ver com ser ano eleitoral. Ressaltou a necessidade de respeito pelas pessoas. Pediu a sensibilidade dos homens desta Casa, afirmando que não estão falando contra a pessoa, mas contra a ação dessa pessoa. Em discussão, o vereador Gustavo Negócio falou que as palavras da primeira dama não foram felizes. Disse que gostaria de votar nessa Casa por uma Audiência Pública sobre o feminicídio e também gostaria de falar sobre a senhora Márcia que morreu vítima de feminicídio no dia 24 de abril, em Santa Teresa e essa Casa nunca se pronunciou. Afirmou que em quatro anos não houve nenhuma Audiência Pública dessa relevância, de modo que dizer que não é politicagem, em período eleitoral, “não dá”. Avaliou essa situação como totalmente política. Em discussão, a vereadora Rhalessa de Clênio mostrou sua indignação às falas do líder do governo, o qual tentou justificar o injustificável. Disse não entender a fala sobre politicagem, acrescentando que o áudio que a vereadora Fativan Alves expôs foi bem nítido. Afirmou que o áudio foi gravado pela própria primeira dama. Lembrou que o seu mandato fez uma moção de pesar para a senhora Márcia e ofereceu tratamento psicológico gratuito à mãe dela. Disse que seu mandato também é o maior em indicações voltadas para as mulheres e tem um projeto social voltado para a saúde mental relacionado à violência física doméstica, indicando falta de acolhimento para as vítimas no município. Afirmou que





não lhe falta coragem para defender as mulheres e pessoas que tem os direitos feridos no município. Pontuou que cada vereador deve votar conforme a sua consciência, pois a moção foi apresentada enquanto gesto que está de acordo com as prerrogativas da Frente Parlamentar. Finalizou sua fala defendendo que não se trata de politicagem. Questão de Ordem, o vereador Gustavo Negócio explicou que falou sobre a comissão apresentar alguma Audiência Pública ou algum fato. Disse ter conhecimento das indicações e do projeto da vereadora Rhalessa de Clênio. Reafirmou, enquanto sua opinião, que essa moção envolve politicagem. Em discussão, a vereadora Fativan Alves esclareceu que o vereador Gustavo Negócio tem a mesma prerrogativa que as vereadoras da Frente Parlamentar em Defesa das Mulheres e que, enquanto presidente dessa Frente, percebe muita dificuldade em trazer órgãos da prefeitura para esta Casa porque nas vezes que tentou discutir esse assunto não chegou nenhum representante. Em discussão, o vereador Thiago Fernandes avaliou a fala do vereador Gustavo Negócio como cirúrgica. Percebeu que a fala da vereadora tentou jogar os vereadores contra a população, o que, ao seu ver, mostra que é um fato politiquero, apesar de não tirar o mérito da questão. Afirmou que precisam discutir o feminicídio, a falta da possibilidade de empregos para as mulheres e os baixos salários em relação aos homens. Pontuou que é preciso tratar de políticas públicas e não fazer palanque, para que consigam algo concreto para as mulheres de Parnamirim. Em discussão, o vereador Gabriel César lembrou que no dia 27 de fevereiro colocou uma moção de repúdio por uma fala do presidente Lula sobre o Holocausto e membros da Comissão da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher não consideraram uma pauta importante para o município e apontaram que era uma pauta política. Diante disso, falou não entender porque a presente moção não é. Acrescentou que existem descendentes de judeus no município que se sentiram atingidos pela fala do presidente e uma vereadora falou que não era paga para falar da fala de terceiros, considerando política. Avaliou a situação como de dois pesos e duas medidas. Em discussão, o vereador Diego Américo expôs que não concorda com a fala dos áudios colocada com clareza pela vereadora Fativan Alves, mas se sente tranquilo em votar não para essa moção, explicando que se fosse uma





fala oficial ou o posicionamento oficial da primeira dama, votaria sim com certeza. Acrescentou que quando escuta o áudio, lhe parece uma conversa gravada de uma ligação, então não se sente confortável em votar em conversas que foram gravadas e publicadas midiaticamente em período eleitoral. Em discussão, o vereador César Maia disse compreender que cada um tem a sua opinião e que entende que essa fala se refere a agressão contra a mulher. Refletiu que essas falas são degraus que levam ao feminicídio e ao preconceito. Afirmou que quem vazou o áudio foi a própria primeira dama e que sabe da existência de outros áudios. Lembrou que todos os vereadores podem sugerir Audiências Públicas e propor projetos de lei. Reafirmou que cada vereador tem a sua opinião e reiterou que a citada fala é extremamente prejudicial às mulheres. Encerrada a discussão, a Moção de Repúdio n. 02/2024 recebeu 5 (cinco) votos favoráveis, 6 (seis) votos desfavoráveis e 4 (quatro) abstenções – proposição rejeitada. Questão de Ordem, a vereadora Fativan Alves apontou que dois votos não foram computados na última votação. O presidente Wolney França explicou que não foram contabilizados porque os vereadores não estavam mais presentes, acrescentando que de toda forma, é exigido maioria qualificada, ou seja, dois terços, para ter a aprovação. Nada mais havendo a tratar, o presidente Wolney França declarou encerrados os trabalhos às doze horas e cinquenta minutos, convocando outra Sessão para o dia 29 de maio. Em seguida, o presidente convidou a todos para a Audiência Pública que ocorrerá hoje. O vereador Thiago Fernandes solicitou o uso da palavra para informar que a Audiência Pública sobre o Dia Municipal da Adoção será hoje, às 14 horas e convidou a todos. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.





  
WOLNEY FREITAS DE AZEVEDO FRANÇA

Presidente

  
MICHAEL BORGES DE SOUZA


1º Vice-Presidente

  
THIAGO FERNANDES DA SILVA

2º Vice-Presidente

  
GUSTAVO NEGÓCIO DE FREITAS

1º Secretário

  
ANA CAROLINA CARVALHO DE LIMA PIRES

2ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM  
Mesa Diretora  
Lido na Sessão

Data: 17/07/2024

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM  
Mesa Diretora  
Aprovado na Sessão  
Única Votação

Data: 17/07/2024

1º Secretário